

Precisamos falar sobre Gestão Documental:

Recolhimento: estratégia para preservação do patrimônio documental

Diretoria do Arquivo Público

Rodrigo Fernando Beirão - Diretor

Gerência do Arquivo Permanente

Juçara Nair Wollf - Gerente

Gerência de Gestão Documental

Mille Anny de Albuquerque Cassol Gesser - Gerente





Como vocês já sabem....

Os documentos de arquivo podem ter guarda temporária ou permanente.







Guarda temporária

Após o prazo de guarda, podem ser eliminados sem prejuízo à memória ou à coletividade.







Guarda permanente

Devem ser preservados devido ao valor das informações, servindo como prova, garantia de direitos ou fonte de pesquisa.





Mas como sabemos quando os documentos são permanentes?

Os documentos **PERMANENTES** são indicados nas Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio e das Atividades-Fim e devem ser recolhidos ao Arquivo Público do Estado.





(Instrução Normativa SEA nº 05/2024)

O que é o recolhimento?

Processo de transferência <u>definitiva</u> de documentos de valor permanente para uma instituição arquivística pública. Esse procedimento ocorre quando os documentos deixam de ter utilidade administrativa e passam a ser preservados por seu valor histórico, probatório ou informativo.





Como ocorre o processo de recolhimento?

A TTD avalia e identifica os documentos em função do grau do valor informativo ou probatório, estabelecendo desta forma o seu destino:

- a sua preservação definitivamente no Arquivo Público através do recolhimento;
- a sua eliminação segura.





RECOLHIMENTO DE **DOCUMENTOS**Por que a prática do recolhimento é tão difícil?

- Inexistência de CPADs instituídas, capacitadas e atuantes;
- Falta de orientação do órgão responsável pelo sistema de gestão;
- Inexistência das ferramentas de gestão;
- Décadas sem a prática de recolhimento;
- Desinformação dos gestores quanto à relevância dos documentos para uso administrativo, como prova e para o exercício da cidadania.
- Falta de compreensão de que **DOCUMENTO É PATRIMÔNIO!**





RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS Importância do processo de recolhimento?

O documento permanente é aquele que possui <u>VALOR SECUNDÁRIO</u>, ou seja, possui um outro valor além daquele para o qual ele foi produzido. Logo, o documento de valor permanente é aquele que possui valor <u>probatório</u> (fiscal, jurídico, administrativo) <u>informativo</u> e <u>histórico-científico</u>.

Por isso precisam ser guardados definitivamente.









O recolhimento de documentos de guarda permanente pelo poder público é crucial para:

1) Fornecer elementos básicos para a eficiência governamental









2) Acesso à informação







1856-10420 João Jesé Costinho, Tresidente Taco saber a lodos es seus Nabetan-Allega L'A Milleredo do biampy des Ba-quaes fecturisme as Manicipio de Sagos forman huma Anglissia com a denominação de Nossa Subsera do Artigo 2! Os seus limites serão ao Nortes Rio Carecra funtodo o seu curso no Sul o Rio Selotas, Artigo 3. O Tresidente Da Provincia solo citara do Trelado Diocesano a confermação d'esta Attigo 4.º Stear revogadas as Disposicion un contrario Mando per tanto a todas as heteridades a quem o conhecimento execucar da refereda Lee pertencer, que a cumprao e facao cumprir tão interamente como O Secretario d'esta Trevercia a faca unprimer publicar, e cerrer. Dada no Salacio de Veremo la Trovucia de Santa Cathare na ass der dias de mer & Maio De mil aito centes cincounta e seis, kirjesurio quinto da Independencia

João Joseponsinha

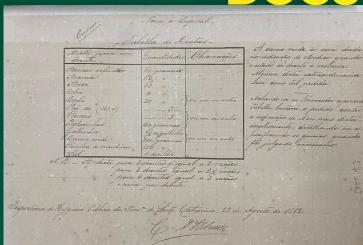
3) Valor probatório. TOS addinados jedes probatórios apeters se se se probatórios apeters se se se probatórios a



ido Ampunio



RECOLHIMENTO DE DOCUM, Valorinformativo



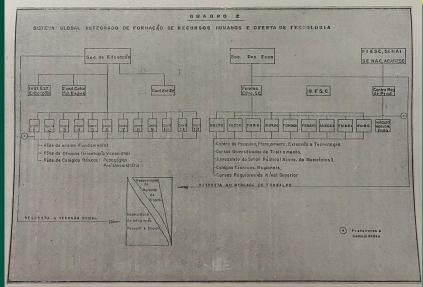
Bed principal section of the contract of the c







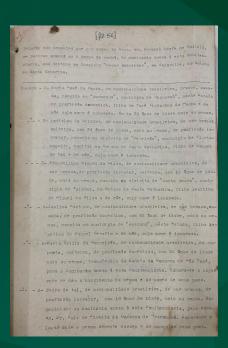
RECOLHIMENTO DE DOCUME 5) Preservação da memória general de la composição de memória de la composição de memória de la composição de la compo









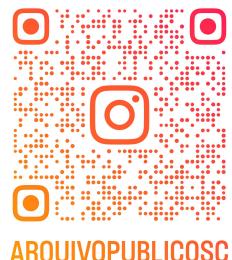


6) Valor histórico-científico S algunique equinicas como de la com





Espoesições ativasidias sociais



ARQUIVOPUBLICOSC







Qual lei regulamenta isso?

A Lei nº 8.159/1991, conhecida como a "lei de arquivos" trata da política nacional de arquivos, estabelece as normas para a gestão e a guarda de documentos públicos, incluindo os de guarda permanente.





O poder público, portanto, torna-se o responsável pela gestão, avaliação, recolhimento dos documentos de guarda permanente, garantindo a sua preservação e acesso em conformidade com a legislação.

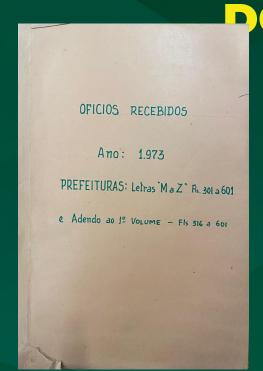


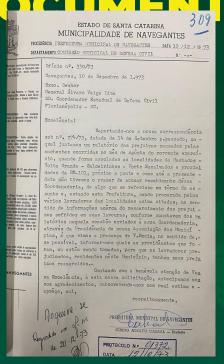


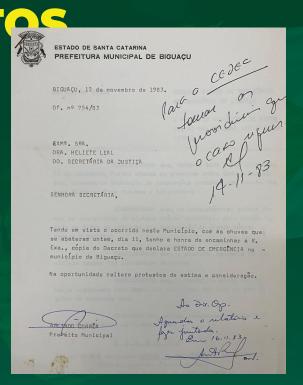
Centrals Elétricas de Santa Catarina S.A CELESO Transmit Tearlis ELESO Transmit Tearlis 1923 - 1923 Transmit 1923 -	Centrals Eletricas de Santa Catarina S.A CELESC CELESC Cana Transporter Cana Tra
Florianopolia, 14 de outubre de 1958. Re 350/55 Senhor Governador Attendendo à solicitação de V.Excia, e tendo em vista una próxima viagem ao Heo, tenho e preser de encasinhar-lhe a minute de contrato elaborada pela Consultoria Jurídica da CS-LESC e na qual estão previstos todos aqueles pontos que, a nos es estender, transformariam o atual contrato vigeste entre o Govérno do Estado e a Companhia Siderúrgica Nacional em um ing trumento de equilibrio e de igualis vantagems para todas as par tes, agora, entre aquela Companhia e an nosase subsidifrias - EEFFA e EMMENSU. Fara que V.Excia, possa avaliar, esclarecemos que previmos: a) consumo afnimo obrigatório a ser computado anualmente:	Atendando solicitação de Vosas Excelência os Diretered da CHESC, oo Diretere-Posidente da LHFAs da EMPRESU, o o Presidente da Consaño de Emergia Elétrica reuniman-se com o Sr. Classitane Correia, representante da Companha Elétriação Racional, para tutaram da transferên cia do contrato de formecimento de energia elétrica que o Govêrno do Retado de Santa Catarina manten com a Siderúrgica Racional, para ca LHFESU.
b) a exclusão da energia a ser garada pelo novo tur- bo-gerador do consumo únimo corigitário; c) a garantia solidária de Govérno do Estado e da - GELESO, ao novo contrato. Estativamente ao novo turbo-gerador, esclarecesos - que preconizanos estudos en conjunto entre ao nosas subsidiá- rias e a Siderdirgica, para a ampliação do sercado comsunidor - de energia citrica da região, estabelecendo; inclusivo, uma - cidiania obrigatória dênse estudo por parte das consumidoras. Estamos à disposição de V.Xecia, para presta quais- quer outros esclarecimentos additionais. Aprovito o ensejo para apresentar-lhe cordinis sau- dações. Exclentíação Senhor UDES M.D. dovernador do Betado HEGRA	2. A reunião apresentou os seguintes resultados e conclusões: a) A MUFA e a MUFREGUA se responseabilisam pe- lo pagamento de energia comunida, de mãe de pubho de 1958, inclusiva, em diante. O dovêrno de Retado satisfaria o débi to existente com a Sidentigica até 30 de junho de 1958. b) O contrato será transferido para a MUFA o a MUFREGUA, solidariamente, e será garantido pela CALEGO e O Sovêrno do Metado, tambem solidáriamente, e o Sovêrno do Metado, tambem solidáriamente, e contra de agôsto de 1958; promoverás sobrança de agôsto e setembro no mãe de outubro. O mãe de julho, cuja cobrança já foi efetuada pelas tamifas antigas, amortizará à Biderúr gica em 5 (cinco) parcelas iguais a contra de jaceiro de 1959. d) O Govêrno do Metado, por intermédio da CHIRSO, auxiliará a MUFA com CH 4.000.000, OO destimados no restante pagamento dos conjuntos Diesel já implantados, em Plorianópolis. d) A MUFREGUA e a MUFA assinarão entre ef um têrmo que discipline seus direitos e deverse face ao contra to que assinara com a Sideringica.





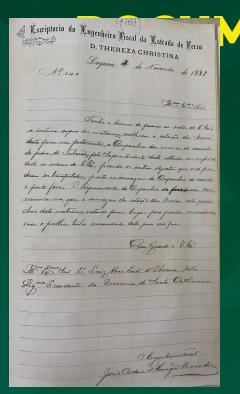


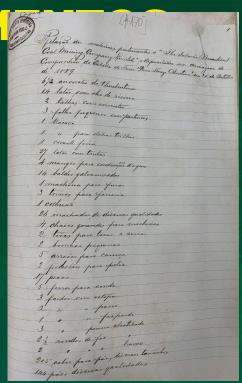






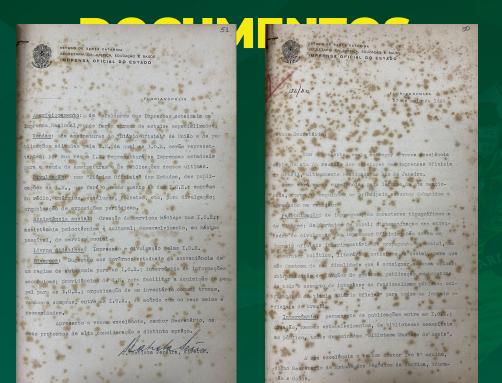






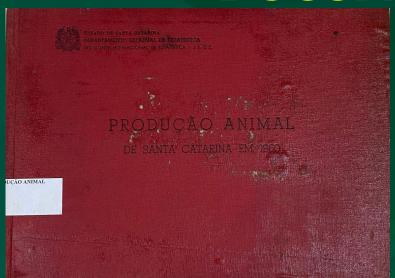












]	Estado d	dro de Geograf ESTADUAL DE I Le Santa Catari EXISTENTES	estatistica ina	los			0.2
ZONAS	BOVINGS		EQUID/OS		ASTNINGS		MUARES	
E MUNICIPIOS	QUANTIDADE 1	VALOR (CRS)	Na Capedon GANALIDADE	VALÖR (OR3)	Uninalivie Onventive	VALOR (ORS)	QUANTIDADE Nº Cabeças	VALOR (OR\$)
K = LITORAL	657,609	5.007.920.000	178.970	917,190,000	223	1.563.000	39.833	225.972.000
ZONA DO LITORAL DE SÃO FRANCISCO	37.720	337.060.000	18,500	112.375.000	-	-	940	5,810,000
1 - Araquari	3.100	14.700.000	3,000	19.500.000	-	-	-	-
2 - Corupa	9,100	91.000.000	2,250	15.750.000	-	-	180	1.440.000
3 - Quarandrin	5.700	57.000.000	4-000	24.000.000	-	-	260	1.170.000
4 - Jaragua do Sul	13.700	137.000.000	4.000	28,000,000	-	-	300	2.400.000
5 - Joinvile	5.200	23.920.000	4.250	19.125.000	-	-	200	800,000
6 - S. Prancisco do Sul	1,920	13.440.000	1.000	6.000.000	-	-	-	-
ZONA DA BACIA DO ITAJAI	259.015	48212.500.000	91.460	639,400,000	107	889,000	6.700	65.263.500
1 - Blumenau	9.700	48.900.000	7.900	31.600.000	-	-	217	868.000
2 - Brusoue	3.790	45.480.000	2.310	16.170.000	20	130.000	167	1 005.50
3 - Camboriú	2,500	22,500,000	1.450	9.425.000	-	-	20	110.0
4 - Gaspar	10,000	360,000,000	6.000	72,000,000	-	-	-	-
5 - Ibixana	11,500	69,000,000	4,210	21.050.000	-	-	460	1.040.0





DÚVIDAS & EXPERIÊNCIAS

- Site da SEA https://www.sea.sc.gov.br/diap/sqdpo/
 - Perguntas frequentes, modelos, normas
- Agendamento de visitas
- Boas práticas
- Dificuldades
- Sugestões





PRÓXIMO ENCONTRO MENSAL DAS CPAD'S:

- Tema: Preservação e conservação de documentos físicos e digitais: Boas práticas para evitar deterioração, migração de formatos e preservação a longo prazo.
- Data: 01/07/2025 14h (online)





AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO

Diretoria do Arquivo Público - DIAP Gerência de Gestão Documental - GEDOC

> gedoc@sea.sc.gov.br 3665-6219 | 3665-6220 | 3665-6286





